

Carta Aberta em Defesa do Instituto Chico Mendes

Os servidores da Carreira de Especialista em Meio Ambiente (CEMA) e do PECMA tem acompanhado com preocupação a progressiva redução da transparência na gestão do Instituto Chico Mendes nos últimos dois anos. No processo de estruturação do ICMBio, após seu nascimento conturbado, seus servidores participaram de um processo de modelagem institucional que até o início de 2013 vinha resultando em avanços, ainda que muito houvesse a aperfeiçoar. O modelo de gestão do Instituto, organizado por macroprocessos e processos estava em consolidação, necessitando de muitos ajustes, mas era uma tentativa válida de superar o crônico problema da gestão fragmentada, das “caixinhas” que não conversavam entre si e das diretorias que cuidavam cada qual do “seu quinhão”, sem uma visão sistêmica.

Atualmente, mudanças abruptas vêm acontecendo, aparentemente sem passar pelas instâncias colegiadas, discussão e sem transparência. As diretrizes institucionais do ICMBio vão ficando cada vez mais obscuras. E existem? O sistema de gestão em implementação, materializado no SIGE, foi abandonado, sendo as decisões de gestão cada vez mais pessoais. A política de comunicação do órgão está burocratizada e baseada na censura prévia. Gestores de unidades de conservação que faziam trabalhos bem avaliados foram destituídos sem maiores explicações, seja internamente ou para a sociedade que as sustenta. A concentração de poderes nas mãos de alguns é cada vez maior. Coordenações e unidades descentralizadas vão sendo alijadas, num processo de esvaziamento de funções, de recursos e de servidores, sem explicações. Muito pouco se discute coletivamente.

Infelizmente, mais uma vez, vamos percebendo um processo de desmonte do que ainda não estava pronto. Seja pela inexplicável paralisia de certos processos, seja pelos boatos que sempre nos assolam nos momentos de incerteza, fica claro que há mudanças estruturais em preparação.

Não queremos simplesmente defender um determinado modelo de gestão. Mas queremos sim, exigir que eventuais propostas de mudança na modelagem e nas diretrizes institucionais respeitem o princípio da transparência e o da gestão participativa, nossas obrigações legais. Que não sejam jogados fora os esforços e investimentos já feitos. Que não retornemos à estaca zero sem discutir abertamente a questão com aqueles que terão, qualquer que seja o modelo institucional adotado, a responsabilidade de responder pela missão do Instituto. Queremos que eventuais mudanças sejam discutidas com o corpo de servidores e que não retornemos a modelos que fragmentam a instituição e o próprio sistema de unidades de conservação, por meio de divisões sem sentido, sem rebatimento na natureza e na realidade. Não queremos voltar a separar a gestão das unidades de proteção integral das de uso sustentável, já que todas elas compõem um mesmo sistema, voltado para a conservação de uma mesma natureza.

VII Encontro da Ascema Nacional

Brasília, 14/05/2015